

**EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA EM SÃO PAULO: A “ESCOLA PROLETÁRIA”
TROTSKISTA**

**EDUCACIÓN REVOLUCIONARIA EN SÃO PAULO: LA “ESCUELA PROLETARIA”
TROTSKISTA**

**REVOLUTIONARY EDUCATION IN SÃO PAULO: THE TROTSKYIST “PROLETARIAN
SCHOOL”**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.48034>

Alzira Lobo de Arruda Campos¹

Luiz Antonio Dias²

Rafael Lopes de Sousa³⁴

Resumo: Analisa-se a “Escola Proletária” como elemento da política estratégica das correntes da esquerda revolucionária brasileira, de finais do século XIX e primeira metade do século XX. A investigação privilegia a versão dos primeiros trotskistas brasileiros sobre educação popular, registrada em dois cursos oferecidos na sede paulista da União dos Trabalhadores Gráficos, em 1933. Os resultados alcançados indicam que os dissidentes do Partido Comunista viam a necessidade de desenvolver, por meio de uma atividade intensa de proselitismo, a consciência de classe do proletariado, visando à formação de uma vanguarda revolucionária futura e avaliando a escola de elite ou a popular como veículos da ideologia burguesa.

Palavras-chave: Trotskistas. Educação proletária. Vanguarda revolucionária.

Resumen: La “Escuela Proletaria” es analizada como un elemento de la política estratégica de las corrientes de la izquierda revolucionaria brasileña, desde fines del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX. La investigación se centra en la versión de los primeros trotskistas brasileños sobre la educación popular, registrada en dos cursos ofrecidos en la sede paulista de la União dos Trabalhadores Gráficos, en 1933. Los resultados alcanzados indican que los disidentes del Partido Comunista vieron la necesidad de desarrollar, a través de una intensa actividad de proselitismo, la conciencia de clase del proletariado, apuntando a la formación de una futura vanguardia revolucionaria y valorando a la escuela de élite o popular como vehículos de la ideología burguesa.

Palabras claves: Trotskistas. Educación proletaria. Vanguardia revolucionaria.

Abstract: The “Proletarian School” is analyzed as an element of the strategic policy of the currents of the Brazilian revolutionary left, from the end of the 19th century and the first half of the 20th century. The investigation focuses on the version of the first Brazilian Trotskyists on popular education, recorded in two courses offered at the São Paulo headquarters of the União dos Trabalhadores Gráficos, in 1933. The results achieved indicate that the dissidents of the Communist Party saw the need to develop, through an intense activity of proselytism, the class consciousness of the proletariat, aiming at the formation of a future revolutionary vanguard and evaluating the elite or popular school as vehicles of bourgeois ideology.

Keywords: Trotskyists. Proletarian education. Revolutionary vanguard.

Introdução

O século XIX, marcado pelo triunfo da burguesia, também foi caracterizado pelo grande medo burguês do socialismo-comunismo, projetado na frontal oposição à luta de classes, que contagiou a política, cultura, economia e vida social da época. Nesse cenário, instalou-se uma ideologização radical da pedagogia e da educação, que se afirmaram como setores basilares do controle social manifestado na gestão do poder. Burguesia e povo aparecem nítidos nos projetos educativos e nas escolas. Para a burguesia, tratava-se de perpetuar o próprio domínio mediante a formação de indivíduos “capazes”, impregnados de espírito burguês, de desejo de ordem e de aumento do setor produtivo. Para o povo, de realizar a emancipação das classes inferiores pela difusão de um modelo educativo que libertaria a mente e a consciência para chegar à libertação política. As pedagogias burguesas diferenciavam-se quanto à emancipação do povo, mas não desistiam, em geral, do objetivo de salvaguardar a ordem social e o crescimento de uma sociedade colaborativa e pacífica. Também no campo das pedagogias populares abrigavam-se tanto as visões reformistas quanto as revolucionárias, as primeiras tendo como programa a emancipação das classes populares, mais conscientes de seu papel e com melhores condições de vida; as segundas propondo uma revolução da ordem burguesa, uma tomada do poder pelos proletários, liderados por “aristocracias operárias”. A fim de contribuir para o entendimento da vinculação entre princípios pedagógicos e revolucionários, no painel pluralista da organização de correntes de esquerda em partidos operários no Brasil, procura-se entender como os dissidentes do PCB se organizaram para transmitir aos operários o sentido da revolução proletária, afirmando-se como os herdeiros legítimos do marxismo-leninismo, em oposição à Terceira Internacional. Parte-se do pressuposto que os embates entre as diversas correntes da esquerda nacional foram decisivos para a construção do saber pedagógico e da escola brasileira, ao interligar o político e o ideológico, assumindo o aspecto plural e conflituoso que apresenta até nossos dias. O *corpus* empírico é constituído por documentos produzidos pelos dissidentes comunistas, com ênfase nos trotskistas, tomados como elementos primordiais para o entendimento de um assunto ainda insuficientemente tratado para as dissidências e os dissidentes comunistas das décadas de 1920 e 1930.

Metodologia

O modelo de abordagem se utiliza de conceitos do marxismo-leninismo sobre a educação popular, utilizados na fase inicial da organização da esquerda brasileira em sindicatos e partidos políticos, a partir do viés dos militantes. Trata-se, portanto, de um modelo de abordagem complexo, que procura compreender a leitura realizada por homens que seguiam os caminhos prescritos pelos teóricos para se

chegar à sociedade proletária. Com a cisão de 1928, os textos de Trotsky passaram a ocupar a posição central na bibliografia dos dissidentes.

A interdisciplinaridade entre política, história e revolução traduz-se por intermédio de um diálogo sistemático entre as teorias políticas e as educacionais, nos limites precípuos da aplicação de conceitos revolucionários ao modelo da “Escola Proletária”. Os ensinamentos de Karl Marx, adotados pelos revolucionários do mundo inteiro, são básicos nesta análise e se encontram avocados nas falas dos militantes de esquerda – trotskistas, em geral – registradas em arquivos operários ou policiais. A história do comunismo no Brasil apoia-se em: John W. F. Dulles e Edgard Carone. Robert J. Alexander, Dainis Karepovs, Fúlvio Abramo, José Castilho Marques Neto, Alzira L. A. Campos, Fagner E. F. Oliveira e Carlos B. Prado contribuem para o entendimento das origens do trotskismo no Brasil, avaliadas na dimensão social das vidas dos dissidentes. As referências às escolas novas e às proletárias, provindas de ideologias marxistas, anarquistas e liberais sobre a Educação, nos séculos XIX e XX, baseiam-se em Franco Cambi, Marcos Del Roio, Caruanã G.O. Frescurato, Marta L. D. Viana e Thyago Marão Villela.

As fontes, essenciais para o modelo de abordagem adotado, correspondem ao objetivo de conceder o “lugar de fala” aos protagonistas dos acontecimentos investigados. Fala direta, a compor a memória operária no Fundo Lívio Barreto Xavier, ou em documentos apreendidos em poder dos militantes, nos momentos de suas prisões. Fala indireta, registrada em interrogatórios, “informes reservados” e demais documentos da polícia política de Vargas.

Embates entre o capital e o trabalho: massas e lideranças proletárias em São Paulo

No Brasil da primeira metade do século XX, recém-saído do regime escravista, a inserção do trabalho livre defrontava-se com as velhas estruturas de produção. Tratados como escravizados, os trabalhadores agitavam-se em “paredes”, greves e reivindicações, a anunciar o processo organizativo em sindicatos e partidos de esquerda revolucionária, enraizado em lideranças anarquistas nacionais ou provindas de imigrantes estrangeiros. A historiografia a respeito é consensual: o movimento operário brasileiro herdou a experiência revolucionária da Europa. Nas malas e mentes dos imigrantes, transportavam-se ideologias e formas de organização, mais tarde difundidas por todo território nacional, com o centro na cidade de São Paulo. Da segunda metade do século XIX à primeira do XX, as tentativas de criar partidos revolucionários se repetem – do primeiro Partido Socialista de 1890 ao ano de 1920, há mais de 20 tentativas infrutíferas. A exceção é dada pelo Partido Operário (1890-1893) e pelo Partido Socialista Brasileiro (1902-1903), instalados em curtos espaços de tempo. Apesar da insistência na formação partidária, os processos organizatórios concentravam-se em publicações de jornais e revistas, realização de conferências e comícios, na militância individual e na fundação de sindicatos (CARONE, 1989, p. 28-30). A esses focos dinâmicos do avanço operário no Brasil é preciso juntar as escolas proletárias, desenvolvidas por anarquistas e militantes trotskistas, na década de 1930.

A reação contrapôs-se a esses movimentos, criando um aparelhamento policial de Estado. Em São Paulo, esse aparelhamento se centralizou na Superintendência de Polícia Política e Social, instalada em 1906 e encarregada de coibir manifestações que contestassem o *statu quo* burguês. Embora a cidade do Rio de Janeiro, como capital da República, constituísse o centro da reação estatal, São Paulo se destacava como o centro econômico e industrial do país, reunindo, em consequência, sindicatos operários e demais organizações de esquerda. Na primeira metade do século XX, a capital paulista via a sua população se adensar, sem oferecer um equipamento urbano adequado às condições elementares de existência dos estratos populares. O perfil demográfico de São Paulo indica aumentos notáveis para o período: ao começar o século, contava com 240.000 habitantes, aumentados, em 1910, para 469.748; dez anos após, a população passou a ser de 579.000 habitantes, passados para 876.000, em 1930 e, em 1940, para 1.316.000 (CAMPOS, 1998, p. 11). O acréscimo populacional ocorreu majoritariamente nos porões sociais, configurando um processo demográfico que, historicamente, acaba por forçar os andares superiores do edifício social, pondo em risco as suas estruturas. Foi o que aconteceu com a primeira revolução demográfica da humanidade, que pôs na boca de cena da História o proletariado, nas revoluções burguesas de 1776 e 1798, e na russa de 1917. As duas primeiras encerraram o *Ancien Régime* e forneceram modelos à independência dos países latino-americanos; a última modificou toda a história contemporânea, ao dividir os países, ao redor do mundo, em blocos antagônicos favoráveis ou inimigos do regime socialista/comunista.

O Brasil, na singularidade latino-americana, espelha esse fenômeno. A entrada das classes populares no cenário político brasileiro fortaleceu o dinamismo econômico da burguesia paulista, ao mesmo tempo em que fomentou as atividades de agitação e propaganda nas fábricas, ruas e sindicatos, pelos trabalhadores e suas vanguardas.

A Revolução Russa de 1917 incidiu sobre os embates entre patrões e empregados, ao fornecer um exemplo da vitória do proletariado e da construção de uma sociedade igualitária. Nesse contexto histórico, o lema da união dos trabalhadores tinha o caráter universal, apresentando a exigência da exportação da experiência bolchevique-leninista para todos os países. No Brasil, as forças proletárias dividiam-se em correntes que procuravam assumir o comando da revolução. Até a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, os libertários formavam a liderança mais sólida da massa operária. A partir de então, o PCB passou a representar o partido de esquerda revolucionária mais significativo. Em 1928, a luta mortal entre Joseph Stálin e Leon Trotsky pelo poder na URSS, que se desenrolava desde morte de Lênin, em 1924, refletiu-se nos quadros comunistas nacionais, iniciando o longo processo de expulsão dos trotskistas dos quadros do partido, em sequência aos anarquistas, já expulsos. O período de 1922 a 1929, considerado o primeiro ciclo da história do partido, assistiu ao confronto entre duas formulações estratégicas. A primeira, baseada nas opiniões de Octavio Brandão, expostas em seu livro *Agrarismo e Industrialismo*, coloca o caráter “agrário e anti-imperialista” como problema central da revolução, observada como uma “fase democrático-burguesa”. Essa posição foi substituída pelo caráter “operário e camponês”, adotado pela III

Internacional. Um grupo de comunistas, empenhado no estudo minucioso da teoria marxista, detectou os desvios doutrinários de Stálin e passou a denunciar os expurgos de líderes e de grupos de opositores, condenados à prisão, exílio e morte, nos célebres processos de Moscou (ABRAMO, 1987, p. 29). A esfera conturbada da época refletia-se nas atividades de propaganda e agitação dos movimentos e partidos proletários. Fenômeno que se fazia mais intenso nas fileiras stalinista e trotskista, marcadas por atritos constantes, que os dissidentes procuravam limitar aos quadros internos do PCB, cômicos de que as fraturas do proletariado só beneficiavam a burguesia, unida e intransigente na defesa de seus interesses.

Pedagogia e Revolução: teoria e práxis revolucionárias na realidade histórico social brasileira

Os fundadores do materialismo histórico – Karl Marx e Friedrich Engels – formularam uma perspectiva pedagógica explícita em seus escritos de propaganda e ação política, preferencialmente nos *Princípios do comunismo*, *Manifesto comunista* (1847-1848), *Instruções aos delegados* (1866-1867) e *Crítica ao programa de Gotha* (1875). Essa perspectiva se apresenta de forma implícita, quando Marx e Engels desenvolvem grandes temas marxistas, agrupados em volta do problema antropológico e das estruturas sociais e ideológicas do capitalismo moderno, esboçando uma Antropologia Pedagógica Marxista, baseada no materialismo histórico e dirigida para o conhecimento das condições econômico-sociais dentro das quais o homem se forma como indivíduo. Um dos pontos ressaltados nas grandes obras de Marx e Engels é o da alienação, expresso na idealização teológica e no sentimento religioso, que procuram legitimar a separação do indivíduo do produto do seu trabalho. Ressaltam os autores que o processo de alienação, subsequente à organização capitalista do trabalho, pode ser revertido por meio do trabalho produtivo e de uma dialética revolucionária, fatores capazes de preparar o homem para ser um ator ativo, preparado para se resgatar, por suas próprias forças, da exploração capitalista. Nessa vertente, o trabalho é colocado no centro da formação individual, pois se considera que só pelo trabalho o homem desenvolve as condições para a sua emancipação. Marx guia-se por dois princípios para elaborar a sua teoria antropológica/pedagógica: o trabalho, como papel central e dialético da formação do indivíduo, apresentado como a afirmação da luta dos operários contra as condições históricas de alienação, com a construção de um “homem novo”, que reúna capacidades manuais e intelectuais, dando vida a uma personalidade completa, que exprima a “universalidade e unilateralidade das relações e capacidades humanas”. Nessa linha teórica, surgem elementos de Sociologia da Educação, quando Engels, por exemplo, registra a insuficiência da instrução popular e as lutas empreendidas pelos operários para conquistar o acesso à instrução, no âmbito das precariedades típicas da escola para o povo. Essas posições estão no escrito engelsiano *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tanto Marx quanto Engels enfatizam o fato de a educação ser estreitamente dependente da classe dominante fazendo com que a escola apareça como instrumento ideológico da classe no poder, refletindo e confirmando uma divisão radical entre a burguesia e o proletariado, com orientações escolares divergentes que transmitem uma cultura abstrata, fundamentada na divisão do trabalho. Assim, para Marx e Engels, é impossível tratar de educação destacada da realidade

socioeconômica e da luta de classes que a sustentam. Como proposta antitética a essa situação, Marx e Engels esboçam uma proposta educativa fundamentada em um trabalho produtivo que espelhe a sociedade no seu conjunto. Em *Instruções dos delegados*, Marx declara que uma sociedade racional deveria transformar toda criança, a partir dos nove anos, em um operário produtivo, propondo uma divisão das crianças em três faixas etárias (dos 9 aos 13 anos; dos 13 aos 15; dos 16 aos 17), com atividades laborativas que deveriam ser de duas, quatro e seis horas, respectivamente. Ao lado do trabalho, a instrução é apresentada em três linhas temáticas, destinadas à Formação Espiritual, Educação Física e Instrução Politécnica, mas, o tema central pertence à “Escola Politécnica”, que une trabalho produtivo e instrução. Esse modelo pedagógico, embora esquemático, influenciou a Pedagogia Contemporânea de modo revolucionário, referindo o trabalho produtivo como radicalmente em contraste com a tradição educativa intelectualista e espiritualista e afirmando a relação íntima entre Educação e Sociedade, manifestada tanto como consciência ideológica da Educação como projeção científica de uma sociedade liberada, inclusive no setor educativo (CAMBI, 1999, p. 482-485).

O materialismo histórico ou dialético, difundido globalmente no rescaldo de 1917, foi tema constante de edições populares das obras de Marx e Engels, que chegaram a sobrepujar as da Bíblia, compondo a história do comunismo do século XX e do desenvolvimento da Guerra Fria, identificada com o surgimento dos “Estados ‘totalitários’, nos quais a promulgação de uma forma oficialmente prescrita de ‘marxismo’ era acompanhada de expurgos, julgamentos fraudados e um vigilante controle de todos os meios de comunicação” (JONES, 2017, p. 22). A história tumultuada do século XX, após a Revolução de Outubro de 1917, vinculou indelevelmente Marx com a linguagem marxista da revolução, identificando o marxismo com a derrubada violenta do capitalismo. As lideranças de partidos revolucionários elaboravam suas estratégias com base em interpretações “corretas” de textos prescritos (JONES, 2017, p. 22). De modo inverso, os trotskistas incorporaram autores e obras proscritas às leituras permitidas pela III Internacional, como um dos elementos fundamentais das críticas à linha do comunismo soviético, seguido pela seção brasileira do partido. Desde os albores de sua dissensão, os militantes da LCI desenvolveram uma proposta educacional do marxismo revolucionário, empenhando-se em compreender e divulgar as obras de Marx, Engels, Lenin e Trotsky, entre outros autores, que eles traduziam e publicavam com meios próprios. As obras editadas seguiam o objetivo principal de esclarecer o pensamento dos líderes bolcheviques russos a respeito do tipo de organização internacional que pretendiam criar e também como deveria ser um partido internacional, governado pelos princípios de um “centralismo democrático”, presumidamente adotados pelo Partido Comunista da União Soviética, antes das disputas entre Trotsky e Stálin (ALEXANDER, 1991, p. 3-4).

A produção acadêmica sobre educação revolucionária ainda é insuficiente, mas existem trabalhos que entrecruzam os conceitos de revolução e cultura nos escritos de Trotsky, colocando em rede o pensamento revolucionário com a cultura, tema amplamente debatido na URSS, a partir de 1923, entre o Partido Comunista e o Proletkult. As discordâncias giravam em torno da possibilidade de ser desenvolvida

uma “cultura proletária”, durante o processo revolucionário, defendida, supostamente, pelo Proletkult, com base na ideia de que proletariado soviético deveria seguir as vias da aristocracia, no feudalismo, e da burguesia, no capitalismo, elaborando sistemas culturais próprios, uma vez que já tomara o poder. Assim, o conceito de “cultura proletária” nascera da premissa de que cada classe dominante criaria sua cultura própria e, por conseguinte, sua arte. Essa interpretação foi severamente criticada, uma vez que se fundamentaria em um equívoco histórico- político, pois a cultura e a arte burguesas teriam se formado muito antes da tomada do poder pela burguesia. Ademais, o proletariado, na situação de classe materialmente desvalida, não teria condições de construir uma tradição cultural anterior à Revolução de Outubro, dadas as dificuldades da criação de um sistema cultural em prazo temporal reduzido e ao caráter destrutivo da transição, concentrado na política, em detrimento da técnica e da cultura. Nesse momento, a adoção de uma política cultural proletária atentaria contra o processo revolucionário em curso. Ademais, Trotsky considerava que, ao contrário do sistema escravista, da servidão ou da na exploração do trabalho pelo capital, o proletariado considerava que a ditadura por eles dominada seria uma etapa de transição do modelo capitalista para o socialista, que duraria apenas algumas dezenas de anos (VILLELA, 2017, p. 149-173).

A tomada da educação proletária como um projeto necessário à revolução pelo pensamento marxista também recebeu contribuições de Gramsci, com reflexos nas experiências marxistas da Escola Proletária, mas também nas escolas liberais ou anarquistas – as primeiras conservadoras, as segundas, revolucionárias. Os objetivos das duas correntes prendiam-se à criação de escolas destinadas à formação de um sujeito útil a si e à sociedade. Para tanto, o cidadão teria que aprender a trabalhar, para garantir o sustento próprio e de sua família, afastando-se da mendicância e do ócio. O trabalho e o aprendizado eram avaliados como ferramentas essenciais para assegurar o progresso da nação. Nessa linha interpretativa, as escolas profissionais ofereceriam soluções para a moralização da classe trabalhadora, inculcando nela “hábitos de trabalho profícuo” e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Na Itália, o grupo do *L’Ordine Nuovo*, o jornal que Gramsci criou em 1919, propôs a autoeducação dos trabalhadores – um desenvolvimento autônomo, sem interferências sindicais ou partidárias. O conhecimento profissional deveria ser acrescido pelo saber científico e humanista, visando à criação de um Estado Novo, socialista e operário. Gramsci reitera, em diversos escritos publicados pelo *L’Ordine Nuovo*, que a autoeducação operária deveria ocorrer a partir do espaço da fábrica, onde o trabalhador cumpriria o papel universal, a ele destinado na esfera de produção. Partido e sindicato constituiriam organizações a serviço dos interesses do capital. Quanto ao material pedagógico da escola proletária, Gramsci aconselha a sua exposição em opúsculos que tratassem de questões basilares do marxismo, à luz da exigência da implementação de um governo operário-camponês e de uma tática que contemplasse as condições objetivas da Itália para a insurreição. Gramsci também indica a necessidade de um manual de propaganda, versando sobre a realidade econômico-política da Itália, além da edição do *Manifesto Comunista* e de trechos de outras obras de Marx e Engels sobre perspectivas pedagógicas e ensino no viés proletário. Ao voltar à

Itália, em 1924, na posição de deputado e principal dirigente do PCI (Partido Comunista Italiano), Gramsci empenhou-se em dar andamento a suas ideias pedagógicas, enfrentado o aparelhamento policial do Estado fascista. Na preparação para o Terceiro Congresso do PCI, previsto para os inícios 1926, Gramsci observa que as experiências relacionadas à Escola Proletária se frustraram, restando limitadas a iniciativas isoladas, incapazes de derrotar os movimentos culturais burgueses, uma vez que as escolas instaladas ou projetadas não contavam com o caráter objetivo do movimento proletário (DEL ROIO, 2006, p. 322). O pensamento de intervenção revolucionária de Gramsci, unido ao de Trotsky, Krupskaya e outros autores da mesma corrente ideológica, projetou-se para fases ulteriores do período histórico visado por este artigo, contribuindo para a formulação de reflexões fundamentais sobre a cultura e a educação e se transformando “em referências teóricas para outros agrupamentos de inspiração marxiana e intelectuais de esquerda que não compartilhavam do mesmo espectro burocrático e avesso à internacionalização dos ideais socialistas, que se apossou do Estado soviético a partir de 1924” (DINIZ, C.; BAUER, C.; DELCORSO, 2019, p. 32).

O Brasil dos anos de 1930 assistiu ao diálogo entre escolanovistas e intelectuais marxistas sobre a luta pela democratização da escola oficial. A concepção da Escola Nova mergulhava suas raízes no liberalismo, visando à modernização social, enquanto os intelectuais marxistas refletiam sobre o papel da escola na sociedade capitalista, considerando que algumas propostas escolanovistas eram mais avançadas e possíveis de alcançar no contexto histórico da época (VIANA, 2021, p. 66).

Experiências educacionais se apresentaram em estabelecimentos de ensino destinados à massa popular, como no caso da Escola Proletária de Merity, estabelecida em 1921, na Baixada Fluminense (hoje, Duque de Caxias). Tratava-se de um centro revolucionário de ensino, apoiado na metodologia escolanovista, que pretendia formar o “homem novo”, com base no trabalho produtivo. Esse modelo tornou-se referência de outras escolas que se instalaram no Brasil e em outros países latino-americanos, mas a escola de Merity, considerada como um centro de comunistas, teve recusado o seu pedido de integração à rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, fato que ocasionou o seu fechamento, em 1964. O projeto da Escola Proletária de Merity adaptava-se às necessidades de seus alunos, quanto ao horário, currículo e abertura para o uso da comunidade local. Relatórios anuais dão conta de problemas enfrentados pela escola. O primeiro, de 1921, relata a intenção da escola de inaugurar um curso noturno para os operários, mas esse projeto foi adiado por falta de professores, iluminação adequada e outros obstáculos. Permaneceu, no entanto, a ideia de oferecer instrução elementar aos operários da fábrica de Rupturita. Um dos problemas mais comuns era o da evasão dos alunos: em 1924, por exemplo, nenhuma das crianças que ingressaram na escola no ano de 1921 conseguiu concluir o seu ciclo de seus estudos (FRESCURATO, 2019, p. 6 e 91).

As escolas profissionais das quatro primeiras décadas do século XX, no Brasil, sob a inspiração liberal de incorporar os estratos populares ao mundo do trabalho, atendiam a interesses da classe dominante, por meio de uma proposta de ensino que unia o espaço escolar à esfera de produção, com as

devidas adaptações à cultura urbana local. O ensino/aprendizagem de profissões era colocado como estratégia de base para se vencer o atraso do país, na medida em que garantiria o seu progresso material e espiritual, afastando o povo da mendicância e do ócio. O objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico nacional por meio da moralização da massa popular coloca às claras o intuito principal da escola liberal: o proletariado era o responsável pelo atraso do país e não os “donos do poder”, para os quais o ócio era “produtivo”, um apanágio das “classes do lazer”.

O projeto pedagógico anarquista, por sua vez, baseava-se no ensino livre, na experiência e nas lutas diárias do trabalho, desenvolvido nas associações operárias, por meio de uma atividade individualizada, pela qual cada operário ensinasse um companheiro “para livrá-lo da cegueira do analfabetismo e da miséria”. Diariamente, na hora do almoço, um operário deveria ler em voz alta jornais operários e livros de sociologia aos seus companheiros. Também, nas fábricas, sindicatos e oficinas, deveriam ser pronunciadas conferências “que os ouvintes devoravam ávida e freneticamente, num silêncio absoluto, num desejo de aprender pela memorização”. O ensino livre incluía o “Teatro Social”, observando que os diálogos entre as personagens (artistas-amadores-operários) apaixonavam e aguçavam a curiosidade e o desejo de saber da família proletária. O trabalhador deveria se destacar no campo profissional, artístico, cultural e político social, mas também como “cidadão, avesso aos vícios, amante da ética, praticante da solidariedade humana, do apoio mútuo, e como produtor consciente dos seus direitos e dos seus deveres” (RODRIGUES, 1979, p. 12-13).

Os anarquistas incorporaram o pensamento expresso por Ferrer em sua famosa Escuela Moderna, fundada em 1901, em Barcelona. O ensino racionalista de Ferrer rejeitava dogmas ou preconceitos, baseando-se em soluções comprovadas por fatos e entendendo que o cérebro do indivíduo deveria ser o instrumento de sua vontade. Em resumo, Ferrer desejava que a ciência brilhasse com fulgor próprio, iluminando todas as inteligências com o fim de tornar o homem feliz (RODRIGUES, 1979, p. 309). Procurando seguir esse modelo, os anarquistas brasileiros apresentaram, em 1913, no salão do Congresso “Gil Vicente”, localizado na avenida Rangel Pestana, n.º 265, no Braz, o programa em andamento das “Escolas Modernas”, convidando os presentes para a inauguração de suas unidades 1 e 2. Nessa oportunidade, os anarquistas anunciaram uma “Universidade Popular de Cultura Racional e Científica”, anexa às Escolas Modernas, constituída a partir de um curso preparatório, contendo disciplinas discriminadas em blocos: Português, Francês, Inglês, Italiano e Latim; Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria; História Universal, Geografia, Lógica e Psicologia; Química, Física, História Natural, Sociologia, Desenho, etc. Esse curso, que incluía ainda mais disciplinas, como sugere o “etc.”, estava a cargo de um quadro docente reduzido: Antônio C. Pimentel, Saturnino Barbosa, Dr. Roberto Feijó e o “educacionista” Florentino de Carvalho. As aulas seriam noturnas e começariam em 15/6/1915. A mensalidade era de 7\$000 (RODRIGUES, 1979, p. 314), detalhe, por si só, a apontar para uma clientela de estratos sociais superiores e a uma pedagogia diversa em conteúdo e objetivos da “Escola Proletária”.

Agitação e propaganda dos primeiros trotskistas em São Paulo: a “Escola Proletária”

No período de 1928 a 1933, a Oposição de Esquerda se apresentava como fração do Partido Comunista, que tinha por meta reestabelecer a linha de luta de classe. Os dissidentes discordaram especialmente das ideias sobre a revolução em um único país (a URSS), ao culto à personalidade (a de Stálin) e à ditadura do Partido, que teria substituído a ditadura do proletariado indicada por Marx. Essas posições eram de natureza ideológica, pois contrariavam a doutrina marxista-leninista em suas indicações claras sobre a necessidade da união universal do proletariado e da substituição do individualismo pelo coletivismo, na vanguarda e liderança revolucionárias, demonstrando causas apontadas desde 1928, amplamente comprovado no material do Fundo Lívio Barreto Xavier, integrante do Centro de Documentação do CEMAP (Movimento Operário Mário Pedrosa) e nos arquivos policiais. Uma posição, fartamente comprovada nos registros documentais, era a de permitir discussões divergentes sobre os rumos da revolução, no interior do partido, antes da tomada de uma decisão única a ser veiculada para o público em geral. Tal postura se refletia no Agit-Prop dos dissidentes, incluindo o projeto da “Escola Proletária” e de um curso noturno, que integravam o quadro teórico da literatura marxista disponível no período. Uma das obras centrais era *La Révolution Permanente*, ainda em edição francesa, no ano de 1932, e que servia para a análise do caráter da revolução brasileira, nos aspectos controvertidos da aliança com correntes liberal-democráticas. Dessa e de outras obras marxistas, retiraram os opositoristas o princípio teórico da tendência imaneente da estrutura social capitalista para ultrapassar os limites do Estado nacional. Analisava-se a economia mundial como uma unidade dialética produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas, na escala global, e não como uma simples soma das economias nacionais isoladas. Na esteira de Lenin, os opositoristas conceituavam o imperialismo – última fase do capitalismo –, como uma época de guerras e revoluções, que conduziria à revolução socialista pela instauração da ditadura do proletariado.

Os primeiros trotskistas utilizavam-se principalmente da escrita para tecer críticas a seus camaradas aderentes à linha de Stálin. Os jornais e manifestos que editavam para o público externo procuravam não apresentar as dissensões que ocorriam nos meios revolucionários, a fim de não fornecer argumentos que poderiam ser úteis à burguesia. No entanto, ligavam-se à ideia de criarem uma “Escola Proletária”, como fizeram os anarquistas, dedicada à revolução. Esse objetivo estava em vias de concretização, com o estabelecimento de um curso para operários, ministrado por professores trotskistas, quando foi interceptado pela reação que se seguiu à derrota do *putsch* de novembro liderado por Prestes. Esse movimento, apelidado de “Intentona Comunista” forneceu a Getúlio Vargas o alibi desejado para o estabelecimento do Estado Novo, marcado pela censura, estado de sítio e de guerra, que levou a efeito a mais feroz reação contra o proletário e os militantes revolucionários, como escreviam os trotskistas em 1936 (DULLES, 1985, p. 45). Na prisão, em esconderijos ou no exílio, tornou-se impraticável a continuidade do projeto pedagógico por eles iniciado e que é preciso rememorar.

A ação pedagógica da LCI, idealizada na montagem de um sistema de ensino revolucionário, incluía a oferta de cursos teóricos para aderentes e simpatizantes. A organização das “grades curriculares” de alguns

desses cursos conservou-se, por mercê da ação policial, como aconteceu com a prisão do militante José Neves, que entrara para a liga em meados de 1933. Ao ser preso, em 7/3/1934, tinha, em seu poder, diversos pacotes do jornal trotskista *A Luta de Classe*, além de livros e documentos, entre os quais um relatório sobre um curso oferecido pela LCI. Interrogado, recusou-se a revelar nomes de companheiros, por “uma questão de princípio” (PRONTUÁRIO N.º 2.863, fls. 33-36).

José Neves lecionava na "Escola Proletária", em cursos noturnos gratuitos oferecidos em sedes de sindicatos controlados pelos integrantes da LCI, cujo primeiro Secretário foi Aristides da Silveira Lobo. Na sede da UTG funcionou, em 1933, um curso gratuito e noturno, ministrado a uma classe de 60 alunos. A identidade dos professores – todos integrantes da liga – atesta a ação pedagógico-revolucionária desempenhada pela liga junto aos operários.

O currículo constava de nove disciplinas: Português, Francês, Aritmética, Geografia, História, Filosofia, Economia, Política e Sindicalismo. O conteúdo de cada disciplina atendia aos fins revolucionários da “Escola Proletária”. Português, ministrada por Aristides Lobo, corresponderia à necessidade do conhecimento teórico do marxismo-leninismo para a formação da consciência de classe proletária e da vanguarda revolucionária. Aristides da Silveira Lobo, membro do PCB desde 1923, era “um intelectual ativista e enérgico, professor de língua portuguesa, orador brilhante enviado a São Paulo para organizar o comitê regional local”, com a tarefa difícil de lutar contra a hegemonia anarquista nos sindicatos, ainda muito forte. Tradutor de obras marxistas e interlocutor permanente de intelectuais revolucionários, Lobo se aprofundou na leitura de Marx, Lenin, Trotsky, Bukharin e outros autores, convencendo-se “da fragilidade teórica e tática da direção partidária, à qual critica sem restrições, toda vez que lhe pareça necessário”. O seu processo de ruptura com o PCB se inicia em 1928, ano em que contava já com mais de dez prisões. Em 1930, é exilado e se dirige para a Argentina, país em que se encontra com Luiz Carlos Prestes e com ele organiza, em julho de 1930, a LAR (Liga de Ação Revolucionária). Lobo era “um militante honesto, dedicado e corajoso” (ABRAMO, 1987, p. 29-30). Jornalista, escritor e tradutor, em 1925, com apenas 20 anos de idade, foi designado pela direção do partido para exercer o cargo de “agit-prop” em São Paulo, com a tarefa de organizar e reforçar a luta revolucionária, integrando-se à UTG e a outros sindicatos. A sua intensa atividade nos meios sindicais e operários implicava a transmissão do conhecimento sobre o materialismo histórico aos proletários, os verdadeiros senhores da revolução. Com esse objetivo, os intelectuais conceberam um projeto editorial e de ensino, que abrangia a tradução de obras consideradas importantes para a causa revolucionária, reunidas nas “leituras proletárias”. O projeto maior, “L.T.D.” – a publicação das obras completas de Trotsky – só seria completado em 1940. Como leitura essencial, *O Manifesto Comunista* foi contemplado com uma edição de 2.000 exemplares, pela Unitas, subvencionada pelos camaradas. Esses livros constituíam a bibliografia de base utilizada em cursos e na Escola Proletária da LCI (CAMPOS, 2002, p. 13-19).

Com fins didáticos, Lobo produziu o manual *Escreva certo!*, que simplifica regras gramaticais, utilizando-se de uma linguagem objetiva e de exemplos de fácil absorção. A ideia geral dos trotskistas era que

as elites tornaram o conhecimento e o uso da língua altamente complexos, a fim de conservar o povo iletrado e, como tal, sem o direito ao voto. A disciplina “Política” também estava a cargo de Lobo. Os temas tratados referiam-se à política internacional e à revolução, do ponto de vista marxista-leninista e, obviamente, de Trotsky.

O ensino do Francês competia à Mary Houston, mulher de Mário Pedrosa. A importância da Revolução Francesa e as edições francesas das obras fundamentais do marxismo-leninismo explicam, em princípio, a inclusão desse idioma no currículo do curso. Nos rituais revolucionários, *A Marselhesa* foi o primeiro hino a ser cantado. A sua substituição pela *Internacional Comunista* solidificou-se apenas após o fim da Guerra de 1914 a 1918.

As disciplinas Filosofia e Sindicalismo estavam sob a responsabilidade de Mário Xavier de Andrade Pedrosa, mais conhecido como Mário Pedrosa. Nascido em Pernambuco, Pedrosa cursou Direito no Rio de Janeiro, tendo sido colega do cearense Lívio Barreto Xavier. Ambos foram introduzidos no conhecimento do marxismo pelo professor Edgardo de Castro Rebello e ingressaram, quase no mesmo tempo, no PCB, dando origem a uma colaboração prolongada e fraterna. O PCB, reconhecendo as qualidades de Pedrosa, resolveu enviá-lo para cursar a Escola Leninista de Moscou. Mas, por um problema de saúde, interrompeu a viagem e, na Alemanha, ao tomar conhecimento das críticas de Trotsky e da posição da Internacional, desistiu de continuar seu trajeto. Em sua volta ao Brasil, organizou o Grupo Comunista Lenine, em 1930 (ABRAMO & KAREPOVS, 1987, p. 30-31). Como militante ativo da esquerda revolucionária brasileira, Pedrosa transitou do internacionalismo proletário para o nacionalismo terceiro-mundista. A produção acadêmica sobre o autor se concentra em seus escritos no âmbito artístico, em detrimento de sua vida política das décadas de 1920 e 1930 (OLIVEIRA, 2016). São essas décadas que marcam a atuação de Pedrosa na da Oposição de Esquerda Internacional e na liderança da LCI.

Nos registros curriculares do curso ora analisado, Fúlvio Abramo, um dos militantes mais ativos da LCI, figura como professor de Aritmética, enquanto Lívio Xavier, fundador e coordenador do Agit/Prop ensinava Economia. José Neves encarregava-se de ensinar Geografia e História (PRONTUÁRIO N. ° 2.863, f. 49).

Os registros da "Escola Proletária" referem-se a uma turma de 60 alunos, formada por 34 operários gráficos, comprovando a influência trotskista na UTG. Há um aluno “desocupado”. As profissões dos 25 restantes demonstram, em sua variedade, a presença extensa da LCI no setor sindical: tipógrafos, encadernadores, metalúrgicos, ferroviários, operários da construção civil, tecelões e domésticas aparecem com dois representantes de cada categoria, enquanto que há o registro de apenas um aluno para os trabalhos, respectivamente, de distribuidor tipográfico, impressor, mecânico, sapateiro, músico, “malharia”, comércio, e “vendedor de bilhetes”. Por fim, estão registradas três costureiras (PRONTUÁRIO N. ° 2.863).

Em paralelo a esse curso, desenrolava-se outro destinado a aprofundar a ação pedagógica da liga, organizado pelo secretário, Aristides Lobo, e o Agit-Prop, a cargo de Lívio Xavier, ficando Fúlvio Abramo como encarregado de distribuir o programa aos militantes do grupo (PRONTUÁRIO N. ° 300). Os assuntos

elencados pelo programa “História da Oposição Internacional da Esquerda na Internacional Comunista” abrangiam sete capítulos sobre os princípios do comunismo, com explicações sobre as razões que conduziram às divergências com o PC, assim enunciados: 1) As primeiras lutas da oposição russa a partir de 1923 (A NEP, crise econômica de 1923, democracia interna do Partido, derrota da Alemanha em 1923 e a necessidade da mudança da política da Internacional Comunista na Europa, perspectivas faltas do V.º Congresso, Zinovievismo); 2) A Internacional Comunista depois do II.º Congresso (O Comitê Anglo-Russo, a Revolução Chinesa, aliança com o Kuomintang, partidos bipartidos, "ditadura democrática operária e camponesa" contra "ditadura proletária"); 3) Industrialização (Socialismo num só país, industrialização, política com os kulaks, burocracia e plataforma da Oposição Bolchevique Russa em 1927, expulsão da Oposição do Partido); 4) O VI.º Congresso da Internacional Comunista (A industrialização atrasada, aventurismo burocrático, política do "terceiro período", criação da Oposição Internacional, "revolução permanente" contra "socialismo num só país", Revolução Espanhola); 5) A formação da Oposição no Brasil (Bloco Operário e Camponês, luta anti-imperialista, prestígio, aventurismo sindical, movimento de outubro de 1930, sectarismo e oportunismo político do PCB, negação das palavras de ordem democráticas, boicote à Constituinte, divisionismo sindical, anarquismo e stalinismo, política eleitoral e União Operária-Camponesa); 6. Crise do capitalismo (Situação na Alemanha, social-fascismo, boicote à frente-única, plebiscito vermelho, nacional-bolchevismo, revolução popular e libertação nacional, plano quinquenal e propaganda burocrática, aventurismo industrial, coletivização forçada, situação no Extremo Oriente, ofensiva do imperialismo nipônico, diplomacia soviética); 7) Vitória do fascismo (Destruição do PCA e da socialdemocracia, capitulação da burocracia diante do imperialismo, traição da diplomacia soviética, fim do plano quinquenal, situação das massas russas, silêncio e decadência da IC – II.º Congresso –, necessidade da nova internacional, perspectivas do movimento revolucionário, perigo de guerra, ameaça de guerra contra a URSS, pacifismo soviético e da IC, Congressos Antiguerrreiros e antifascistas, tarefas dos comunistas internacionalistas (PRONTUÁRIO N.º 300).⁵

Os cursos oferecidos pela LCI deveriam formar os candidatos à militância, que se submeteriam a um exame de admissão, pelo qual comprovariam um nível mínimo de conhecimentos e capacidades necessários a cada militante, pela própria natureza da organização, empenhada em combater o capitalismo e o stalinismo, ao mesmo tempo. Para tanto, os trotskistas, além da teoria marxista-leninista, deveriam apresentar capacidades formais: talento oratório, formalidades de reunião, capacidade de organizar, entre outras (PROPOSTA DE RESOLUÇÃO, 1932).⁶

O texto “Os inimigos da Revolução”, provavelmente redigido por Mário Pedrosa, transmitia, ao público externo, noções preliminares sobre a luta de classe, apresentando, com retórica empolgada e linguagem didática, a exploração do povo brasileiro por 10% da população que viviam “nababescamente”, enquanto os 90% eram mantidos, de propósito, na ignorância. Além da burguesia nacional, eram denunciados, como inimigos da Revolução, as empresas estrangeiras imperialistas, acumpliciadas com oportunistas “que viviam das migalhas dos exploradores”, os políticos, que viviam de negociatas, e os

jornalistas “comprados”. Esses inimigos eram seguidos por “parasitas ou intermediários, políticos negociistas, intelectuais a soldo de interesses suspeitos e empregados categorizados”. A menção aos latifundiários, como integrantes das fileiras inimigas, é enfática: viviam nas capitais à custa do arrendamento de milhares de alqueires de terras, no interior, e a revolução combatia as grandes propriedades improdutivas. Os revolucionários de 1932 são referidos como “separatistas, imbecis e ingênuos”, assim como os stalinistas e a *Buchenschaft* (sociedade secreta oligárquica), os últimos por defenderem um regime oposto aos interesses do Brasil. Um panfleto, apreendido com Pedrosa, é iniciado pelo apelo: “Pelo esmagamento da burguesia, Proletários de todos os países, uni-vos”. A seguir, expressa a convicção de que os proletários de todo o mundo seguissem o “brado imortal” de Karl Marx, para se unirem política e economicamente em organizações de classe, para vencerem a batalha decisiva contra a burguesia dominante. Os proletários seriam os maquinistas das “locomotivas da história”, no avanço irrefreável da onda gigantesca da Revolução Proletária Internacional, que criaria um mundo novo (PRONTUÁRIO N.º 2.030, doc. n.º 37).

Além dos comícios, passeatas, conferências e reuniões, o Agit-Prop da LCI investia na literatura e peças literárias, para sensibilizar as massas populares. Um exemplo é dado por registros constantes de uma batida policial em 11/6/1934, que deteve várias pessoas no momento em ensaiavam a peça *Ao Relento*, de autoria de Afonso Schmidt, na qual era cantado o hino *A Internacional Comunista*. Schmidt era também autor do opúsculo *Os negros*, bastante popular entre os presos comunistas intelectuais, e de *O Conto de Natal*, que apresenta uma analogia clara entre personagens e enredo com a situação de dependência do Brasil a capitais ingleses e norte-americanos. Assim, no final da peça, Jeová ordena a um anjo que dissesse ao fazendeiro que não podia pagar o dinheiro que havia tomado emprestado a “John e Tom”, que não fosse “besta” e mandasse a Inglaterra e a América do Norte “pentear macaco”, avisando ao “trouxa que tirar o pão da boca de seus filhos para alimentar esquadras e exércitos de seus exploradores não é honestidade, é uma covardia que eu não perdo” (PRONTUÁRIO N.º 11). Essas atividades integravam o programa Agit-Prop da LCI, acompanhando o projeto maior de “A Escola Proletária”, interrompido pela grande repressão que se desencadeou após 1935.

Conclusão

A bibliografia sobre a primeira etapa da organização PCB no Brasil é rarefeita no que diz respeito a um projeto educacional revolucionário, ancorado em escolas ou cursos específicos, em especial para os stalinistas. Aparentemente, a expulsão dos intelectuais e a obreirização concentraram os interesses do partido, uma vez que a documentação não registra a existência da “Escola Proletária”, para as décadas de 1920 e 1930, na corrente stalinista, ao contrário do que ocorre em outras correntes da esquerda revolucionária. Os estudos sobre a educação marxista aludem, em geral, a palavras de ordem da Terceira Internacional e a cursos na URSS oferecidos a membros do partido de diferentes países, ou cuidam da educação em períodos posteriores.

A produção acadêmica sobre as implicações da Revolução de 1917 na formação dos partidos operários no Brasil passa pela transformação das ideias de Marx e de Engels em “marxismo”, interpretado diversamente nas correntes de esquerda no Brasil, ligadas intimamente ao movimento sindical e impulsionadas pela entrada de imigrantes “revolucionários” – na maioria, anarquistas. Por outro lado, a concentração de fábricas na capital paulista atraiu trabalhadores nacionais e estrangeiros em quantidade muito superior às possibilidades do equipamento urbano existente, criando, em decorrência, bolsões de miséria em São Paulo. Contra essas condições, a classe trabalhadora se insurgiu, reivindicando melhores condições de trabalho e de existência e organizando greves contínuas, a partir de 1906, que fortaleceram as suas associações e sindicatos, com o apoio da teoria e de líderes anarquistas. A fundação do PCB, e de sua seção paulista, acrescentaram novas cores à revolução proletária. Em 1928, a luta entre Stálin e Trotsky repercutiu gravemente sobre os comunistas, criando dissidentes que se alinharam à linha marxista-leninista seguida por Trotsky, contrapondo-se à Terceira Internacional e à direção nacional. Essa dissidência se reuniu na Oposição de Esquerda, que se destacou do PCB e evoluiu para a Liga Comunista Internacionalista. Aristides Lobo, o primeiro secretário da LCI, organizou, em companhia de Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Victor Pinheiro, José Neves e outros companheiros, a “Escola Proletária”, um projeto que uniu conceitos políticos aos pedagógicos, com o objetivo de desenvolver um ensino necessário para a formação de uma consciência de classe e de uma futura vanguarda revolucionária, composta inteiramente por operários. Como elementos táticos do Agit/Prop, programaram-se dois cursos, realizados no ano de 1933, na sede da UTG, o sindicato mais influente da época, e que estava sob liderança trotskista. Os documentos relativos a esses cursos demonstram a importância dada pelos trotskistas à teoria marxista-leninista, esclarecendo as razões de sua dissidência e contribuindo para o entendimento da história das lutas proletárias no Brasil.

Referências:

- ABRAMO, Fúlvio. A Oposição de Esquerda no Brasil, em: ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (organizadores). **Na contracorrente da história. Documentos da liga comunista internacionalista (1930-1933)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ALEXANDER, Robert J. **International Trotskyism (1929-1985): a documented analysis of the movement**. London: Duke University Press, 1991.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **“Tempos de Viver”: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931-1936)**. Tese de Doutorado. Apresentada no Programa de História Social da FFLCH da USP. São Paulo, 1998. Mimeo.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. A tradução de fontamara no projeto editorial da liga comunista internacionalista. In: SILONE, Ignazio. **Fontamara**, tradução de Aristides da Silveira Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a educação do educador. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 311-328, set./dez. 2006.

DINIZ, C.; BAUER, C.; DELCORO, I. A educação na Internacional Comunista. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, n. 51, e15894, out./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n51.15894>.

DULLES, John W. F. **O Comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Nova Fronteira, 1985.

FRESCURATO, Caruanã Guatara Oliveira. **Na Tropicália dos Excluídos um projeto educacional se consolida: A Escola Proletária de Merity e o seu modelo de educação (1921-1964)**. 2019. 175. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2019.

JONES, Gareth Stedman. **Karl Marx: grandeza e ilusão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OLIVEIRA, Fagner Enrique Fonseca de. **Internacionalismo e nacionalismo em Mário Pedrosa: um estudo sobre sua obra política (1925-1966)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

PRADO, Carlos Batista. **Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil. (1922-1936)**. Tese de doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2019.

PRONTUÁRIO N. ° 11, de Afonso Schmidt. Fundo DEOPS/SP do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

PRONTUÁRIO N. ° 300, de Lívio Xavier ou Lívio Barreto Xavier. Fundo DEOPS/SP do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

PRONTUÁRIO N. ° 2.030, de Mário Pedrosa. **Os Inimigos da Revolução**, doc. n. ° 37, f. 58. Fundo DEOPS/SP do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

PRONTUÁRIO N. ° 2.863, de José Neves. Fundo DEOPS/SP do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO **Dirigida à Reunião da CE provisória da LC (Seção Brasileira da OIE)**. Fundo Lívio Xavier. São Paulo, outubro d 1932. Centro da Memória Operária. CEDEM/UNESP.

VIANA, Marta Loula Dourado. Interlocação dos Intelectuais Marxistas Brasileiros com o Escolanovismo nos anos 1930. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 1, n. 7, p. 66-91, jan. /jun. 2021.

VILLELA, Thyago Marão. A cultura na revolução, a revolução na cultura. **Revista Outubro**, n. 28, abril de 2017, p. 173-201.

Notas

¹ Livre-docente em Metodologia da História, pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA), Mestre e Doutora em História Social pela Faculdade de História da Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa em Ciências Humanas (nível: Mestrado) da UNISA/SP. Grupo de pesquisa: Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0219352808989930 e-mail: loboarruda@hotmail.com ORCID: 0000-0001-7264-9368 <https://orcid.org/0000-0001-7264-9368> <http://lattes.cnpq.br/4945544723389636>

² Mestre e Doutor em História Social (UNESP/Assis); Docente do Programa de História (PUCSP). Docente do Programa em Ciências Humanas (nível: Mestrado) da UNISA/SP. Grupo de pesquisa: Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0219352808989930 e-mail: luizhistoria@yahoo.com.br ORCID: 0000-0001-8834-442X <https://orcid.org/0000-0001-8834-442X> <http://lattes.cnpq.br/1974637581180796>

³ Mestre em História Social (UNESP/Assis), Doutor em História Social (UNICAMP). Docente do Programa em Ciências Humanas (nível: Mestrado) da UNISA/SP.

Grupo de pesquisa: Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0219352808989930

e-mail: canoeros2008@gmail.com ORCID: 0000-0001-8018-8530 <https://orcid.org/0000-0001-8018-8530>

<http://lattes.cnpq.br/2894569135491640>

⁵ José Pedro Guimarães encontrou papéis com a data de 25 de dezembro de 1933, no escritório de Lívio Xavier, em 24/12/35, e os entregou ao "Dr. Gonzaga", que os remeteu à Superintendência de Ordem Política e Social. Os documentos não esclarecem se José Pedro Guimarães atuou como simples "informante" da polícia, o que é provável, uma vez que o seu nome não consta das listas dos militantes da LCI.

⁶ Redigida por Aristides Lobo, em outubro de 1932, o título completo do documento pormenoriza a organização da LCI: "*Proposta de Resolução Dirigido à Reunião da CE provisória da LC (Seção Brasileira da OIE)*".

Recebido em:09 de fev.2022

Aprovado em:19 de abril de 2022

: